

1.000

QUESTÕES DE CONTEÚDO

**BÁSICO PARA
CONCURSOS**

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ACENTUAÇÃO.....	14
→ FONÉTICA (FONEMAS, DÍGRAFOS, ENCONTROS CONSONANTAIS, VOCÁLICOS). SEPARAÇÃO SILÁBICA	15
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	16
→ ARTIGO	18
→ SUBSTANTIVO	18
→ ADJETIVO	19
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	19
→ CORRELAÇÃO VERBAL	20
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	21
→ PRONOMES PESSOAIS.....	23
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	24
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	24
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	25
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	26
→ PRONOMES RELATIVOS.....	27
→ ADVÉRBIO	28
→ NUMERAL.....	29
→ PREPOSIÇÃO.....	30
→ CONJUNÇÃO.....	31
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	32
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	35
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	38
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	39
→ POLISSEMIA	43
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	44
→ ORAÇÕES COORDENADAS	45
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	47
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	48
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	50

→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	56
→ CRASE.....	60
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	62
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	67
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	70
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	74
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA, ETC.)	77
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	78
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	92
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	94
→ GABARITO 	97

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO101

→ MATEMÁTICA - NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA.....	101
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	101
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	102
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	102
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	103
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	103
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	103
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	104
→ NÚMEROS IRRACIONAIS	104
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	104
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	105
→ SISTEMAS DE NUMERAÇÃO (DECIMAL, BINÁRIO, HEXADECIMAL, OCTAL, ROMANO, CONVERSÃO ENTRE SISTEMAS).....	105
→ PORCENTAGEM.....	105
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	106
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	106
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	106
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	107
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO	107
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	108
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	108
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	109
→ EQUAÇÕES EXPONENCIAIS	109
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	109
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	110
→ DEFINIÇÃO, INTERPRETAÇÃO GRÁFICA, INJETORA/SOBRJETORA/BIJETORA, PRODUTO CARTESIANO	110

→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU	110
→ INEQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU (INEQUAÇÕES SIMULTÂNEAS, INEQUAÇÕES-PRODUTO E QUOCIENTE)	111
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU	111
→ MATRIZES	111
→ DETERMINANTES	112
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS	112
→ TRIÂNGULOS: CONCEITO, ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO (EQUILÁTERO, EQUIÂNGULO, ISÓSCELES, ETC)	112
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC)	113
→ GEOMETRIA ESPACIAL	113
→ GEOMETRIA ANALÍTICA	113
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	114
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA)	114
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	114
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA	115
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)	115
→ ÁLGEBRA DE PROPOSIÇÕES	116
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	116
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	116
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO	117
→ ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO	117
→ FALÁCIAS	117
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES	118
→ EXERCÍCIOS DE "VERDADE/MENTIRA"	118
→ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	119
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS	119
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	120
→ GABARITO 	120

NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....123

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	123
→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR	123
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)	124
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA)	124
→ WINDOWS 11	125
→ WORD 2019	127
→ EXCEL 2019	129
→ POWERPOINT 2019	130
→ WRITER	131

→ CALC.	132
→ IMPRESS.	133
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.	133
→ CONCEITOS DE INTERNET.	133
→ INTRANET E EXTRANET.	134
→ MOZILLA FIREFOX.	135
→ GOOGLE CHROME.	135
→ MICROSOFT EDGE.	135
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).	136
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).	136
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).	137
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	137
→ NUVENS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE).	138
→ GOOGLE DRIVE.	138
→ GOOGLE WORKSPACE	138
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	139
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).	139
→ FIREWALL E PROXY	140
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	141
→ BACKUP	141
→ GABARITO 	142

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL..... 143

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)	143
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	144
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	145
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)	145
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	145
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	146
→ PERDA DA NACIONALIDADE	147
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	147
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	147
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)	148
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	148
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	149
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988)	149
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988)	151
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988)	151
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988)	152
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988)	152

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	152
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)	153
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	155
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988)	155
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988)	156
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988)	156
→ DISPOSIÇÃO GERAL (PROCESSO LEGISLATIVO, ART. 59 DA CF/1988)	156
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	156
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988)	157
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988)	157
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988)	157
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988)	157
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	158
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	158
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	158
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988)	159
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988)	159
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	160
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	160
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	160
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988)	161
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988)	161
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988)	162
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 218 E 219 DA CF/1988)	162
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	163
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988)	163
→ GABARITO 	164

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS165

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	165
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	165
→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)	166
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	167
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	168
→ FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS	169
→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	169
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS)	170
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CIDH-OAS)	171
→ CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DEC. Nº 65.810)	172
→ CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (DEC. Nº 4.377/2002)	172

→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISONEIROS	174
→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)	174
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA (DECRETO Nº 98.386/1989).....	175
→ CONVENÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (LEI Nº 9.474/1997).....	175
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3	175
→ O IDOSO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NAS LEIS	176
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741/2003).....	176
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 69 AO 92 DA LEI Nº 10.741/2003)	177
→ LEI Nº 7.853/1989 - LEI DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	177
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	178
→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 10 A 13 DA LEI Nº 13.146/2015)	178
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146/2015)	179
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	179
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015).....	180
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.288/2010).....	181
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	181
→ DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS.....	181
→ DIREITO DAS MULHERES NO BRASIL.....	181
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	182
→ GABARITO 	182

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....185

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	185
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	185
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	186
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	187
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	187
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	188
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	188
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	189
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	189
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	190
→ PODER REGULAMENTAR.....	190
→ PODER HIERÁRQUICO	191
→ PODER DISCIPLINAR	192
→ PODER DE POLÍCIA.....	192
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	193
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	193
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	194
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	194

→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	195
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	195
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	196
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	196
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	197
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	197
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	198
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	198
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	198
→ CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS	199
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	199
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	199
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992).....	199
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	200
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	200
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999).....	200
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999).....	200
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	201
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	201
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	201
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	201
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	201
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	202
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	202
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	202
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	202
→ GABARITO 	202

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

1. (CEBRASPE-CESPE – 2025) Acerca da Constituição, do poder constituinte, dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir com base na legislação vigente, na jurisprudência do STF e na doutrina majoritária.

São princípios fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988 a dignidade da pessoa humana, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

() CERTO () ERRADO

2. (Instituto AOCPE – 2025) Segundo a Constituição Federal, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a

- a) legalidade.
- b) cidadania.
- c) urbanidade.
- d) impessoalidade.
- e) publicidade.

3. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Com fundamento na Constituição Federal de 1988 (CF) e na doutrina majoritária em matéria constitucional, julgue os itens a seguir.

I. A dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, são princípios fundamentais previstos na CF.

II. O poder constituinte originário é caracterizado pela momentaneidade, já que se exaure após estabelecida a Constituição de um país.

III. A norma constitucional que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado tem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.

IV. A CF veda, expressa e integralmente, a retroatividade da lei penal.

V. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e V estão certos.
- b) Apenas os itens II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, III e V estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

4. (IBFC – 2024) Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

- a) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- b) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
- c) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações
- d) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da não-intervenção
- e) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, promover o pluralismo político

5. (FCC – 2024) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

- a) repúdio ao racismo.
- b) igualdade entre os entes federados.
- c) pluralismo político.
- d) independência nacional.
- e) não-intervenção.

6. (FGV – 2024) O artigo 3º da Constituição Federal dispõe sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, neste contexto é correto afirmar que

- a) o Brasil é um país que não se preocupa com o discurso de ódio, uma vez que sempre prevalece a liberdade de expressão.
- b) cabe ao Estado promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
- c) o desenvolvimento nacional deve ser buscado independentemente do enfrentamento das desigualdades sociais.
- d) a construção de uma sociedade livre, demanda a permanência de situações de pobreza e marginalização, que decorrem de escolhas pessoais.
- e) o Estado não pode incidir na situação de marginalização de parte da população brasileira, em razão de não ser necessária a observância da solidariedade.

7. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Em relação aos princípios fundamentais, à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

A Constituição Federal de 1988 define o Brasil como Estado democrático de direito, por conseguinte a vontade dos administradores públicos é circunscrita aos ditames da lei.

() CERTO () ERRADO

8. (CEBRASPE-CESPE – 2024) No que se refere às classificações das constituições, aos princípios fundamentais e à administração pública, julgue o item a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

() CERTO () ERRADO

9. (FGV – 2024) Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- a) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- b) a prevalência dos direitos humanos.
- c) a solução pacífica dos conflitos.
- d) a igualdade entre os Estados.
- e) a soberania.

10. (FCC – 2024) Considere os seguintes princípios:

- I. Intervenção.
- II. Vedação de concessão de asilo político.
- III. Solução pacífica de conflitos.
- IV. Prevalência dos direitos humanos.

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios constantes em

- a) I, II e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e II, apenas.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

11. (FGV – 2025) Em determinada relação processual, o autor da ação sustentou que o seu direito à honra foi violado em razão de expressões ofensivas exaradas pelo réu, o que o levou a pedir a reparação dos danos morais que sofrera. O réu, por sua vez, argumentou que deveria ser reconhecido o seu direito fundamental à liberdade de expressão.

O órgão jurisdicional competente, ao julgar a demanda, decidiu, corretamente, que:

- a) o direito do autor, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do réu;
- b) o direito preponderante, considerado de modo abstrato, também será preponderante na situação concreta;

- c) o direito do réu, considerado de modo abstrato, ocupa uma posição preferente em relação ao direito do autor;
- d) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas;
- e) os referidos direitos fundamentais, que se encontram em colisão, devem ser ponderados conforme as circunstâncias do caso concreto.

12. (CEBRASPE-CESPE – 2024) A Constituição Federal de 1988 prevê que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade (...)”. Acerca do conteúdo desse dispositivo, julgue o item que se segue.

Embora garanta o recebimento de informações, o texto constitucional expressamente ressalva as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

() CERTO () ERRADO

13. (FGV – 2024) Um grupo de pessoas foi preso, em território brasileiro, acusado da prática de atos de terrorismo, conforme tipificação estabelecida pela lei penal. Em razão da gravidade das condutas e da existência de grande pressão sobre o juiz que julgaria o caso, tanto da opinião pública como do grupo terrorista ao qual pertencem as pessoas presas, iniciou-se um debate, no âmbito do Congresso Nacional, com argumentos contrários e favoráveis, visando à criação de um tribunal com competência específica para julgar os referidos agentes.

Maria, deputada federal, ao analisar a Constituição da República, concluiu corretamente que é:

- a) prevista, na própria ordem constitucional, a criação do referido tribunal;
- b) permitida a criação do referido tribunal, o que pressupõe a edição de lei complementar;
- c) facultada a criação do referido tribunal, o que decorre das opções políticas do legislador;
- d) vedada a criação do referido tribunal, já que ele teria a natureza de tribunal de exceção;
- e) obrigatória a criação do referido tribunal, tendo em vista o dever do Estado brasileiro em proteger a dignidade humana.

14. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Em um município brasileiro, determinado jornalista escreveu um artigo criticando duramente o governo nas esferas municipal, estadual e federal, no qual expôs didaticamente suas ideias. Após a publicação, ele foi preso sob a alegação de subversão contra o Estado.

Nessa situação hipotética, em relação ao jornalista, houve violação do direito

- a) à educação.
- b) à propriedade.
- c) à liberdade de expressão.
- d) ao trabalho.
- e) à saúde.

15. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Se uma empresa decidir não contratar mulheres para determinadas funções sob a alegação, equivocada, de que tais funções são inadequadas para elas, tal fato caracterizará violação, pela empresa, do princípio constitucional da

- a) legalidade.
- b) igualdade.
- c) dignidade da pessoa humana.
- d) segurança jurídica.
- e) eficiência.

16. (FGV – 2024) Martin, de nacionalidade alemã, era casado com Joana, de nacionalidade brasileira. O casal morava na Alemanha e, no último ano, Martin faleceu deixando testamento, mas não parentes. Deixou imóveis nos territórios alemão e brasileiro.

A sucessão do imóvel deixado por Martin no território brasileiro será regida:

- a) necessariamente pela lei alemã;
- b) necessariamente pela lei brasileira;
- c) pela lei indicada por Martin no seu testamento;
- d) pela lei brasileira ou pela lei alemã, conforme opção de Joana;
- e) pela lei brasileira, desde que a lei alemã não seja mais favorável a Joana.

17. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Conforme a CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são equivalentes a uma emenda constitucional, desde que sejam

- a) internalizados por meio de decreto legislativo.
- b) ratificados pela maioria absoluta dos Estados signatários.
- c) ratificados pelo chefe do Poder Executivo.
- d) aprovados pelas duas casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta.
- e) aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)

18. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O texto constitucional garante o emprego da gestante mediante licença com a duração de cento e vinte dias, mas sem direito a salário nesse período.

() CERTO () ERRADO

19. (FGV – 2024) O fundamento para a saúde e a segurança do trabalhador está estabelecido na Constituição Federal de 1988, conforme disposto no Art. 1º, incisos III e IV, que trata da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho. Igualmente, no Art. 7º da Carta Maior, encontram-se normas que protegem o empregado.

Sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, conforme o Art. 7º da Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, assinale a afirmativa correta.

- a) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação individual.
- b) Remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- c) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independente de incorrer em dolo ou culpa.
- d) Distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- e) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

20. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Acerca dos aspectos atinentes aos direitos humanos e à responsabilidade do Estado, julgue o item a seguir, considerando a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A cláusula da reserva do possível justifica a limitação à garantia constitucional do mínimo existencial.

() CERTO () ERRADO

→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)

21. (FCC – 2025) Considere:

I. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

II. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até 24 meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

III. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

É livre à associação profissional ou sindical, observado, dentre outras previsões, o que consta em

- a) I, II e III
- b) I e III, apenas
- c) I, apenas
- d) II e III, apenas
- e) II, apenas

22. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais, julgue o item que se segue, com base na Constituição Federal de 1988.

Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses tanto coletivos quanto individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

() CERTO () ERRADO

23. (FCC – 2024) Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Com relação aos direitos sociais,

- a) é assegurada a participação exclusivamente dos trabalhadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- b) são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a irreduzibilidade do salário, sendo vedada qualquer previsão de redução salarial em convenção ou acordo coletivo, por se tratar de um direito fundamental irrenunciável.
- c) nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de dois representantes destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- d) é livre a associação profissional ou sindical, observado que a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- e) são direitos dos trabalhadores urbanos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o repouso semanal remunerado, sempre aos domingos, além da proibição de diferença de salários ou de exercício de funções por motivo de sexo, idade ou cor, sendo permitida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)

24. (FCC – 2025) Jaime, nascido em São Paulo, foi adotado por um casal de angolanos em 2003, quando tinha apenas 6 meses de idade. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente,